

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.569 - RJ (2019/0136065-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**
PROCURADOR : **MARCUS GOUVEIA DOS SANTOS E OUTRO(S) - RJ112208**
AGRAVADO : **ROGERIO TADEU INACIO DE MENEZES JUNIOR**
AGRAVADO : **CLAUDIA ROGERIA MENEZES DE ALMEIDA**
ADVOGADOS : **MARA LÚCIA MARQUES - RJ118199**
: **HERBE DE ALMEIDA RODRIGUES - RJ112751**
INTERES. : **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PROCURADOR : **DANIELA STORRY LINS ROSADO DOS SANTOS E OUTRO(S)**
: **- RJ077547**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA DO JUROS DE MORA. EVENTO DANOSO. DANOS MORAL EXTRACONTRATUAL. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 568/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que negou admissibilidade a recurso especial manejado contra acórdão sintetizado nos seguintes termos:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. NATUREZA OBJETIVA. INOBSERVÂNCIA DOS PROCEDIMENTOS MÉDICOS PERTINENTES, QUE RESULTOU EM DEMORA NO SEPULTAMENTO. DANO MORAL CONFIGURADO. PROVIMENTO DO RECURSO.

Opostos embargos de declaração, assim se manifestou o Tribunal de origem:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. ERRO MATERIAL. RETIFICAÇÃO DO JULGADO, REFORMANDO-SE O ACÓRDÃO PARA ESTABELECEER O TERMO A QUO DOS JUROS DE MORA, BEM COMO A CORRETA APLICAÇÃO DOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA NAS CONDENAÇÕES JUDICIAIS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, MANTENDO-SE, QUANTO AO MAIS, O ACÓRDÃO RECORRIDO.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento na alínea “a” do

permissivo constitucional, o recorrente sustenta afronta ao art. 407 do CC/2002, sob o argumento de que o termo inicial dos juros de mora deve ser a partir da decisão judicial que a arbitrou.

Aduz, ainda, que o feito deve ser suspenso em razão do REsp 1.479.864 que foi recebido pelo Superior Tribunal de Justiça sob o rito do art. 543-C do CPC/2015.

Sem contrarrazões.

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do agravo pelo Tribunal *a quo*.

Insurge-se a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial reúne condições de ser processado.

Sem contraminuta.

É o relatório. Passo a decidir.

Faz-se necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo a análise do recurso especial.

A pretensão não merece acolhimento.

Cinge-se a controvérsia, segundo se extrai do acórdão recorrido, de ação indenizatória decorrente de suposta falha médica na observância dos trâmites legais para à elaboração de atestado de óbito.

O Tribunal de origem, por maioria, entendeu pela existência dos danos morais e fixou o valor para a reparação no patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada apelante, com incidência dos juros de mora a partir do evento danos.

No apelo nobre o recorrente sustenta que o termo *a quo* dos juros deve contar-se desde a decisão judicial que a arbitrou, motivo pelo qual aduz malferimento ao art. 407 do CC/2002.

Inicialmente, no que tange a assertiva de que os autos devem ser suspensos em decorrência da existência de recurso especial recebido pela sistemática dos repetitivos, vale esclarecer que no REsp 1.479.864 - SP, da Relatoria do Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, a Corte Especial, na sessão de julgamento do dia 04/10/2017, portanto em data anterior à interposição do agravo em recurso especial, deliberou pela desafetação do recurso do rito dos repetitivos, cancelando-se o respectivo Tema.

Assim, não subsiste razão para a suspensão do feito.

No que tange a alegada violação dos arts. 407 do CC/2002, essa Corte Superior possui entendimento no sentido de que em se tratando de condenação para reparação de danos morais em sede responsabilidade extracontratual, efetivamente, os juros de mora devem incidir a partir do evento danos. A propósito (grifo nosso):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54/STJ.

1. Cinge-se a controvérsia a definir o termo inicial dos juros moratórios relativos ao dano moral em caso de responsabilidade civil extracontratual, em Ação Indenizatória por danos materiais e morais, decorrente de queda sofrida pela autora na calçada da rodoviária municipal, na qual o Município de Rio Grande foi vencido quanto aos danos morais. 2. Assiste razão à recorrente no que se refere ao termo inicial dos juros de mora. Isso porque, nos termos da Súmula 54/STJ, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual. 3. **"Mesmo naquelas**

obrigações não quantificadas em dinheiro inicialmente ou ilíquidas, os juros moratórios fluem normalmente da data em que o devedor é constituído em mora, a qual, em se tratando de ato ilícito extracontratual, ocorre com o evento danoso, mercê do que dispõe o art. 398 do Código Civil de 2002. Assim, nas indenizações por danos morais decorrentes de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios incidem desde o evento danoso" (AgRg no REsp 949.540/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 27/3/2012, DJe 10/4/2012). 4. Recurso Especial provido. (REsp 1728079/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 02/08/2018)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO SOBRE SUPOSTA VIOLAÇÃO DO ART. 407 DO CÓDIGO CIVIL. OMISSÃO CARACTERIZADA. 1. Tratando-se de recurso de fundamentação vinculada, o conhecimento dos aclaratórios pressupõe que a parte demonstre haver, pelo menos, um dos vícios previstos no art. 1022 do CPC de 2015. 2. In casu, assiste razão à embargante. Com efeito, o julgado foi omissivo no que tange à análise do art. 407 do Código Civil. Quanto ao referido dispositivo legal, nas razões de seu Recurso Especial, a embargante alega, "quanto aos juros de mora sobre o dano moral, os mesmos incidirão a partir do arbitramento, posto que sendo a condenação fixada na sentença, não faz sentido a mora retroagir a momento posterior, de acordo com o que prevê o artigo 407 do Código Civil" (fl. 648, e-STJ). 3. Sobre a questão, o Tribunal de origem entendeu que, "no que tange à fixação dos juros e o termo inicial de sua contagem, sem razão a apelante porquanto foi observado da Súmula nº 54, do ESTJ" (fl. 629, e-STJ). 4. Correto o entendimento do Tribunal de origem. O Superior Tribunal de Justiça, por meio de sua Corte Especial, no julgamento dos EDcl nos EREsp 903.258/RS, Relator para o acórdão Ministro João Otávio de Noronha, firmou entendimento de que, "tratando-se de reparação de dano moral, os juros de mora incidem desde o evento danoso, em casos de responsabilidade extracontratual (Súmula n. 54/STJ), e desde a citação da parte ré, no caso de responsabilidade contratual". 5. Embargos de Declaração acolhidos sem efeitos infringentes. (EDcl no REsp 1.683.014/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. ACIDENTE FERROVIÁRIO. VÍTIMA FATAL. CULPA CONCORRENTE. PRECEDENTES. DANOS MORAIS. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO. PRECEDENTES. 1. Ao imputar à companhia de trens a responsabilidade pelo acidente ocorrido, a decisão primeva, dentre os diversos precedentes colacionados para embasar o decisum, trouxe precedente idêntico ao caso sob exame, que figurou, inclusive, na ementa da decisão monocrática. 2. A jurisprudência do STJ firmou entendimento no sentido de que há culpa concorrente entre a concessionária do transporte ferroviário e a vítima, seja pelo atropelamento desta por composição ferroviária, hipótese em que a primeira tem o dever de cercar e fiscalizar os limites da linha férrea, mormente em locais de adensamento populacional, seja pela queda da vítima

que, adotando um comportamento de elevado risco, viaja como 'pingente'. Em ambas as circunstâncias, concomitantemente à conduta imprudente da vítima, está presente a

negligência da concessionária de transporte ferroviário, que não se cerca das práticas de cuidado necessário para evitar a ocorrência de sinistros. (REsp 1.034.302/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/04/2011, DJe 27/04/2011- grifou-se). 3. Na hipótese dos autos, a responsabilidade civil é extracontratual, motivo pelo qual devem os juros de mora incidir a partir do evento danoso (Súmula 54/STJ). Precedentes. 4. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no REsp 1.175.601/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 23/11/2017).

Assim, estando o acórdão impugnado em sintonia com entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, incide à espécie a Súmula 568/STJ, segundo a qual "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator